

Às nove horas do dia treze de junho de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**, presentes os Conselheiros, **ROSA HAGE, DANIEL LAVAREDA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ e JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; Ausência justificada da Conselheiro **ALOÍSIO CHAVES**, bem como a presença da Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA, **MARIA REGINA CUNHA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Sérgio Dantas em substituição ao Conselheiro ALOÍSIO CHAVES, nos termos da Portaria nº 0994/2013. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. Houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 3: **Processo nº 340012005-00 (200700867-00) 26.01.2007; Prefeitura Municipal de Inhangapi; Prestação de Contas – 2005, retirado de pauta na Sessão Plenária do dia 18.12.2012; Responsável José Alves Feitosa Oliveira; Auditora Adriana Oliveira e 6º Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Auditor Sérgio Dantas; Publicado no DOE nº 32.413, de 10.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**: "pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Inhangapi, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. José Alves Feitosa Oliveira, nos termos do art. 52, II, e § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 25/94, com recolhimento aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, das importâncias de: 1 - R\$-203.157,44 (duzentos e três mil, cento e cinquenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), referente à conta "Agente Ordenador", em função das diferenças apresentadas na Receita, nos valores de Restos a Pagar, no Saldo Anterior e no Saldo Final; 2 - R\$-44.649,60 (quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos), relativos ao pagamento a maior da remuneração dos Srs. Prefeito e Vice-Prefeito. Na forma do art. 5º, I, § 1º, da Lei Federal nº 10.028/2000, deve o Ordenador recolher a multa, no valor de R\$-6.615,60 (seis mil, seiscentos e quinze reais e sessenta centavos), equivalente a 10% dos seus vencimentos anuais, pela remessa extemporânea dos Relatórios de Gestão Fiscal. E ao FUMREAP, de acordo com o art. 3º, III, da Lei nº 3.768, de 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, multas nos seguintes valores: 1 - R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos termos do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa da LDO, descumprindo o art. 30, I, "b", da Lei Complementar nº 25/94; 2 - R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma do art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral, que somente foi enviada em 26/01/2007; 3 - R\$-1.001,00 (hum mil e um reais), nos moldes do art. 120-B, II, do RI/TCM, pela remessa intempestiva dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária; 4 - R\$1.000,00 (hum mil reais), nos termos do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa junto ao Balanço Geral do exercício, das Relações de Restos a Pagar, e de Bens Adquiridos e Obras Construídas no exercício, descumprindo o art. 91, II, "b", do RI/TCM; 5 - R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos moldes do art. 120-A, II, do RI/TCM, pelo descumprimento do art. 7º, da Lei Federal nº 9.424/96; 6 - R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos termos do art. 120-A, II, do RI/TCM, em função do repasse ao Fundo Municipal de Saúde de recursos próprios, em percentual inferior ao determinado pela Emenda Constitucional nº 29/2000; 7 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-A, II, Parágrafo Único, III, do RI/TCM, pela realização de despesas sem o competente processo licitatório, com fretes (Credor: Benedito Nazareno L. de Jesus - R\$-99.198,00, e Credor: Transportes Nobre/Francisco N. Nobre - R\$174.938,40), e aquisição de mercadorias não especificadas (Credor: Cesta Básica Comércio e distribuidora de Alimentos Ltda. - R\$81.284,28), contrariando o art. 2º, da Lei Federal nº 8.666/93. Cópia dos autos deverá ser remetida ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis, na forma do § 5º do art. 52 da Lei Complementar Estadual nº 25/94". **Em votação**: a Conselheira Rosa Hage e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Inhangapi, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. José Alves Feitosa Oliveira, nos termos do art. 52, II, e § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 25/94, com recolhimento aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, das seguintes importâncias: 1 - R\$-203.157,44 (duzentos e três mil, cento e cinquenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), referente à conta "Agente Ordenador", em função das diferenças apresentadas na Receita, nos valores de Restos a Pagar, no Saldo Anterior e no Saldo Final; 2 - R\$-44.649,60 (quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos), relativos ao pagamento a maior da remuneração dos Srs. Prefeito e Vice-Prefeito, com recolhimento, na forma do art. 5º, I, § 1º, da Lei Federal nº 10.028/2000, no valor de R\$-6.615,60 (seis mil; seiscentos e



quinte reais e sessenta centavos), equivalente a 10% dos vencimentos anuais do Ordenador, pela remessa extemporânea dos Relatórios de Gestão Fiscal, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, recolhimento de multas nos seguintes valores: 1 – R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos termos do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa da LDO, descumprindo o art. 30, I, “b”, da Lei Complementar nº 25/94; 2 – R\$-3.001,00 (três mil e um reais), na forma do art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral, que somente foi enviada em 26/01/2007; 3 – R\$-1.001,00 (hum mil e um reais), nos moldes do art. 120-B, II, do RI/TCM, pela remessa intempestiva dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária; 4 – R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos termos do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa junto ao Balanço Geral do exercício, das Relações de Restos a Pagar e de Bens Adquiridos e Obras Construídas no exercício, descumprindo o art. 91, II, “b”, do RI/TCM; 5 – R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos moldes do art. 120-A, II, do RI/TCM, pelo descumprimento do art. 7º, da Lei Federal nº 9.424/96; 6 – R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos termos do art. 120-A, II, do RI/TCM, em função do repasse ao Fundo Municipal de Saúde de recursos próprios, em percentual inferior ao determinado pela Emenda Constitucional nº 29/2000; 7 – R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 120-A, II, Parágrafo Único, III, do RI/TCM, pela realização de despesas sem o competente processo licitatório, com fretes (Credor: Benedito Nazareno L. de Jesus – R\$-99.198,00, e Credor: Transportes Nobre/Francisco N. Nobre – R\$174.938,40), e aquisição de mercadorias não especificadas (Credor: Cesta Básica Comércio e distribuidora de Alimentos Ltda. – R\$81.284,28), contrariando o art. 2º, da Lei Federal nº 8.666/93. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Daniel Lavareda, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 08: **Processo nº 340022005-00 (200601267-00); Câmara Municipal de Inhangapi; Prestação de Contas de Governo – 2005; Responsável José Jair da Silva Pessoa; Auditora Adriana Oliveira e 6ª Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator Auditor Sérgio Dantas; Publicado no DOE nº 32.413, de 10.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Inhangapi, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. José Jair da Silva Pessoa, nos termos do art. 52, II, e § 2º, da Lei Complementar nº 25/94, com recolhimento aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, da importância de R\$-25.250,98 (vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta reais e noventa e oito centavos), referente ao valor lançado à conta “Agente Ordenador”, em função de diferenças apresentadas na execução financeira (na despesa orçamentária e no valor da inscrição em Restos a Pagar). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 01: **Processo nº 480011999-00; Prefeitura Municipal de Monte Alegre; Prestação de Contas – 2009; Responsável Jardel Vasconcelos Carmo; Eliane Bastos e 2º Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Cezar Colares com pedido de VISTA ao Conselheiro Daniel Lavareda na Sessão Plenária do dia 09.04.2013; Publicado no DOE nº 32.413, de 10.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Daniel Lavareda proferiu seu **VOTO VISTA**: “pela reabertura de instrução da prestação de contas”. **Em votação:** a Conselheira Rosa Hage absteve-se de votar na Sessão do dia 09.04.2013. O Conselheiro Cezar Colares votou contra a aprovação das contas, com recolhimentos, multas e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, na Sessão Plenária do dia 08.03.2012, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Aloísio Chaves, em VOTO VISTA, na Sessão Plenária do dia 09.04.2013. O Conselheiro Antônio José e a Conselheira Mara Lúcia acompanharam o VOTO VISTA proferido pelo Conselheiro Daniel Lavareda, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela reabertura da instrução processual, nos termos do voto do Conselheiro Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 460012005-00; Prefeitura Municipal de Mocajuba; Prestação de Contas – 2005; Responsável Wilde Leite Colares; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.413, de 10.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela não aprovação, da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Mocajuba, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. Wilde Leite Colares, com os recolhimentos, no prazo de 15 (quinze) dias: Ao Tesouro Municipal: 1 – Multa de R\$-



99 8.395,00 (oito mil, trezentos e noventa e cinco reais) pelo dano ao Erário, correspondente a 10% do total das despesas sem o respectivo
100 processo licitatório, com fundamento no art. 56 da LO/TCM. 2 – R\$-56.214,00 (cinquenta e seis mil, duzentos e quatorze reais),
101 correspondente a realização de despesas sem comprovação legal, caracterizada como dano ao Erário. Ao Fundo de Modernização,
102 Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - FUNREAP (Lei nº 7.368, de 29/12/2009):
103 3- Multa de R\$-1.000,00 (mil reais), pela não apropriação dos encargos patronais, e pelo descumprimento dos gastos mínimos com
104 pessoal, fundamentado no art. 120-A, II do RI/TCM/PA. 4 – Multa de R\$-1.000,00 (mil reais), pela não remessa LDO, com fundamento no
105 art. 120-B, inciso IV e §1º do RI/TCM/PA, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual”. **Em**
106 **votação:** a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Antônio José e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na
107 íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a
108 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Prefeitura Municipal de
109 Mocajuba, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. Wilde Leite Colares, com o recolhimento, no prazo de 15 (quinze)
110 dias, ao Tesouro Municipal, da importância de: 1 – R\$-8.395,00 (oito mil, trezentos e noventa e cinco reais), pelo dano ao
111 Erário, correspondente a 10% do total das despesas sem o respectivo processo licitatório, com fundamento no art. 56 da
112 LO/TCM; 2 – R\$-56.214,00 (cinquenta e seis mil, duzentos e quatorze reais), correspondente a realização de despesas sem
113 comprovação legal, caracterizada como dano ao Erário, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério
114 Público Estadual. **Por maioria:** Ao FUMREAP, recolhimento das seguintes multas: 3 - R\$-1.000,00 (hum mil reais), pela
115 não apropriação dos encargos patronais e pelo descumprimento dos gastos mínimos com pessoal, fundamentado no art.
116 120-A, II do RI/TCM/PA; 4 – R\$-1.000,00 (hum mil reais), pela não remessa da LDO, com fundamento no art. 120-B,
117 inciso IV e § 1º do RI/TCM/PA. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por
118 ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 280022008;**
119 **Câmara Municipal de Curralinho;** Prestação de Contas - 2008; Responsável Helói Marcos de Matos Azevedo; 5º
120 Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº**
121 **32.413, de 10.06.2013.** Retirado de pauta. Às nove horas e cinquenta e quatro minutos, o Conselheiro José Carlos
122 Araújo assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 920022010-00; Câmara Municipal de Dom Eliseu;** Prestação
123 de Contas - 2010; Interessado Maria de Souza Amorim; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator -
124 Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.413, de 10.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o
125 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com remessa de
126 cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu
127 **VOTO:** “pela não aprovação da prestação de contas do Câmara Municipal de Dom Eliseu, exercício de 2010, de responsabilidade da Sra.
128 Maria de Souza Amorim, com recolhimento no prazo de 15 dias, da seguinte multa junto ao FUMREAP: - R\$ 3.000,00 (três mil reais), com
129 base no art. 120-A, II do Regimento Interno deste Tribunal, face ao descumprimento do caput do art. 29-A da CF/88, afronta ao art. 23,
130 II “a” da Lei nº 8.666/93 e Art. 1º, § 1º da LRF, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual”. **Em**
131 **votação:** o Conselheiro Antônio José, a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro José Carlos Araújo e o Auditor Sérgio
132 Dantas acompanharam o Relator na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao
133 FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de
134 contas da Câmara Municipal de Dom Eliseu, exercício de 2010, de responsabilidade da Sra. Maria de Souza Amorim, sem
135 prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** com recolhimento, no prazo
136 de 15 dias, da seguinte multa ao FUMREAP: - R\$-3.000,00 (três mil reais), com base no art. 120-A, II, do Regimento
137 Interno deste Tribunal, face ao não cumprimento do caput do art. 29-A da CF/88, em afronta ao art. 23, II, “a”, da Lei nº
138 8.666/93 e art. 1º, § 1º, da LRF. Vencida Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por
139 ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 460022005-00; Câmara Municipal de Mocajuba;**
140 **Prestação de Contas de Gestão - 2005; Interessado Aldo Conceição da Silva Serrão; Auditor Alexandre Cunha e 5ª**
141 **Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.413,**
142 **de 10.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
143 manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu
144 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da
145 prestação de contas da Câmara Municipal de Mocajuba, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. Aldo Conceição da
146 Silva Serrão, com recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias, aos Cofres Municipais, devidamente atualizado, do valor de
147 R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo pagamento de diárias acima do Ato fixador. **Processo nº 830022010-00; Câmara**
148 **Municipal de Tomé-Açú;** Prestação de Contas - 2010; Interessada Cecília Reinaldo de Oliveira; 5º Controladoria;



149 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.413, de 10.06.2013.**
150 Retirado de pauta. **Processo nº 492052006-00; FUNDEF de Muaná; Prestação de Contas - 2006; Interessado**
151 **Raimundo Martins Cunha; 5ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda;**
152 **Publicado no DOE nº 32.413, de 10.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
153 posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com remessa de cópia dos autos ao Ministério
154 Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "pela não aprovação da
155 prestação de contas do FUNDEF do Município de Muaná, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Raimundo Martins Cunha, com
156 recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias, das seguintes multas: Ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do
157 Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - FUMREAP, de conformidade com o artigo 3º, III da Lei nº 7.368 de 29 de
158 dezembro de 2009. 2.1 - R\$-3.000,00 (três mil reais), com base no art. 120-B, inciso IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela
159 remessa intempestiva da prestação de contas do 1º ao 3º quadrimestres; 2.2 - R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com base no art. 120-A, item
160 II do RI/TCM pelas seguintes infrações: a) - Descumprimento o artigo 60, § 5º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias
161 (ADCT) e no art. 7º da Lei 9.424/97 (Lei do FUNDEF); b) - Realização de despesa acima do valor autorizado na Lei Orçamentária,
162 evidenciando descontrole orçamentário da gestão; c) - Não recolhimento dos encargos patronais no valor de R\$ 339.058,76 (trezentos e
163 trinta e nove mil, cinquenta e oito reais e setenta e seis centavos), referente ao IPM que não foram devidamente apropriados e recolhidos
164 ao órgão previdenciário, descumprindo o art. 195, I e II, 149 § 1º e 40 da CF e art. 50, II da LRF), sem prejuízo do encaminhamento de
165 cópia dos autos ao Ministério Público Estadual". **Em votação**: a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Cezar Colares, o
166 Conselheiro Antônio José, o Conselheiro José Carlos Araújo e o Auditor Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra.
167 A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a
168 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas do FUNDEF do Município de
169 Muaná, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Raimundo Martins Cunha, sem prejuízo do encaminhamento de cópia
170 dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias, das seguintes
171 multas ao FUMREAP: 2.1 - R\$-3.000,00 (três mil reais), com base no art. 120-B, inciso IV do Regimento Interno deste
172 Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º ao 3º quadrimestres; 2.2 - R\$-10.000,00 (dez mil reais),
173 com base no art. 120-A, item II do RI/TCM pelas seguintes infrações: a) - Descumprimento o artigo 60, § 5º dos Atos das
174 Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e no art. 7º da Lei nº 9.424/97 (Lei do FUNDEF); b) - Realização de
175 despesa acima do valor autorizado na Lei Orçamentária, evidenciando descontrole orçamentário da gestão; c) - Não
176 recolhimento dos encargos patronais no valor de R\$-339.058,76 (trezentos e trinta e nove mil, cinquenta e oito reais e
177 setenta e seis centavos), referente ao IPM que não foram devidamente apropriados e recolhidos ao órgão previdenciário,
178 descumprindo o art. 195, I e II, 149 § 1º e 40 da CF e art. 50, II da LRF). Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a
179 exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 974082008-00; Fundo Municipal de Saúde de Pacajá; Prestação de**
180 **Contas de Gestão - 2006; Interessado Edmir José da Silva; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro**
181 **Antônio José; Publicado no DOE nº 38.413, de 10.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
182 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em**
183 **discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
184 decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Pacajá, exercício de 2008, com recolhimento aos
185 Cofres do Município, no prazo de quinze (15) dias, da quantia de R\$-15.558,04 (quinze mil, quinhentos e cinquenta e oito
186 reais e quatro centavos), devidamente atualizada, referente ao "Agente Ordenador", originado pela diferença no saldo do
187 exercício, sem prejuízo de encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 262032006-**
188 **00 (200709489-00) 02.07.2007; Fundo Municipal de Saúde de Colares; Prestação de Contas - 2006; Responsável**
189 **Ivanito Monteiro Gonçalves - Prefeito Municipal; Auditora Maria do Socorro Pessoa e 6º Controladoria; Procuradora Maria**
190 **Regina da Cunha; Relator - Auditor Sérgio Dantas; Publicado no DOE nº 32.413, de 10.06.2013.** Cumprindo
191 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das
192 contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O
193 Relator proferiu seu **VOTO**: "pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Colares, exercício de 2006, de
194 responsabilidade do Sr. Ivanito Monteiro Gonçalves, nos termos do art. 52, II, § 2º, da Lei Complementar nº 25/94, com recolhimento aos
195 Cofres Públicos Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, a importância de R\$-2.706,56 (dois mil, setecentos e seis reais e cinquenta e
196 seis centavos), referente ao valor lançado à conta "Agente Ordenador" e ao FUMREAP, na forma do art. 3º, III, da Lei nº 3.768, de
197 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, as multas, nos seguintes valores: 1 - R\$ 3.001,00 (três mil e um reais), nos moldes do art. 120-B,
198 IV, do RI/TCM-PA, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral; 2 - R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos termos do art. 120-A,
199 II, do RI/TCM-PA, pelo não recolhimento ao Caixa Único do Município, dos recursos arrecadados a título de ISS e IRRF, descumprindo o



art. 56, da Lei nº 4.320/64; 3 – R\$-250,00 (duzentos e cinquenta reais), com base no art. 120-B, § 1º, do RI/TCM-PA, pelo não envio do Parecer do Conselho Municipal de Saúde; 4 – R\$-3.000,00 (três mil reais), na forma do art. 120-A, II, Parágrafo Único, III, do RI/TCM-PA, pela realização de despesas sem o competente processo licitatório, descumprindo os artigos 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/93”. **Em votação:** a Conselheira Rosa Hage, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antônio José e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Colares, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Ivanito Monteiro Gonçalves, nos termos do art. 52, II, § 2º, da Lei Complementar nº 25/94, com recolhimento aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, da importância de R\$-2.706,56 (dois mil, setecentos e seis reais e cinquenta e seis centavos), referente ao valor lançado à conta “Agente Ordenador”. **Por maioria:** ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multas nos seguintes valores: 1 – R\$-3.001,00 (três mil e um reais), nos moldes do art. 120-B, IV, do RI/TCM-PA, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral; 2 – R\$-1.000,00 (hum mil reais), nos termos do art. 120-A, II, do RI/TCM-PA, pelo não recolhimento ao Caixa Único do Município, dos recursos arrecadados a título de ISS e IRRF, descumprindo o art. 56, da Lei nº 4.320/64; 3 – R\$-250,00 (duzentos e cinquenta reais), com base no art. 120-B, § 1º, do RI/TCM-PA, pelo não envio do Parecer do Conselho Municipal de Saúde; 4 – R\$-3.000,00 (três mil reais), na forma do art. 120-A, II, Parágrafo Único, III, do RI/TCM-PA, pela realização de despesas sem o competente processo licitatório, descumprindo os artigos 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/93. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a aplicação da multa ao FUMREAP. **Processo nº 0262132006-00 (200709492-00) 02.07.2007; Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Colares - SAAE; Prestação de Contas - 2006; Interessado Ivanito Monteiro Gonçalves - Prefeito Municipal; Auditora Maria do Socorro Pessoa e 6ª Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator – Auditor Sérgio Dantas; Publicado no DOE nº 32.413, de 10.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator proferiu seu **VOTO:** “pela não aprovação das contas, do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Colares, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Ivanito Monteiro Gonçalves, por estarem irregulares. Na forma do art. 52, inciso II, e § 2º, da Lei Complementar nº 25/94, com recolhimento aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, a importância de R\$10.430,90 (dez mil, quatrocentos e trinta reais, e noventa centavos), referente ao valor lançado à Conta Agente Ordenador. E ao FUMREAP, instituído pela Lei nº 7.368, de 29/12/09, no prazo de 30 (trinta) dias, multas de: 1 - R\$3.001,00 (três mil e um reais), nos termos do art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral, superior a 90 (noventa) dias, descumprindo o art. 30, II, “a”, da Lei Complementar nº 25/94; 2 – R\$-1.000,00 (hum mil reais), com base no art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa do Balanço Geral do Exercício, descumprindo o art. 30, II, “b”, da Lei Orgânica do TCM”. **Em votação:** o Conselheiro José Carlos Araújo, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antônio José e a Conselheira Rosa Hage acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Colares, exercício de 2006, de responsabilidade do Sr. Ivanito Monteiro Gonçalves, por estarem irregulares, na forma do art. 52, inciso II, e § 2º, da Lei Complementar nº 25/94, com recolhimento aos Cofres Públicos Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, da importância de R\$-10.430,90 (dez mil, quatrocentos e trinta reais e noventa centavos), referente ao valor lançado à conta “Agente Ordenador”. **Por maioria:** com o recolhimento de multa ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, no valor de: 1 - R\$-3.001,00 (três mil e um reais), nos termos do art. 120-B, IV, do RI/TCM, pela remessa intempestiva da documentação quadrimestral, superior a 90 (noventa) dias, descumprindo o art. 30, II, “a”, da Lei Complementar nº 25/94; 2 – R\$-1.000,00 (hum mil reais), com base no art. 120-B, § 1º, do RI/TCM, pela não remessa do Balanço Geral do Exercício, descumprindo o art. 30, II, “b”, da Lei Orgânica do TCM. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 960022003-00; Câmara Municipal de Ourilândia do Norte; Recurso de Revisão Contra a Decisão Objeto do Acórdão nº 20.008 - 2003; 1ª Controladoria; Interessado Salomão Lopes dos Santos; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora – Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.413, de 10.06.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento total do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento do Recurso para, no mérito, dar-lhe provimento no sentido de reformar o Acórdão nº 20.008, desta feita pela aprovação da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Ourilândia do Norte, exercício financeiro de 2003, de responsabilidade do Sr.



250 Salomão Lopes dos Santos, em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação no valor de R\$-449.294,82
251 (quatrocentos e quarenta e nove mil, duzentos e noventa e quatro reais e oitenta e dois centavos), pelas despesas
252 ordenadas. **Processo nº 1053142003-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Tucumã; Recurso de**
253 **Reconsideração contra a decisão do Acórdão nº 16.695 - 2003; 6ª Controladoria; Interessado Livia Lira Araújo;**
254 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora – Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.413, de 10.06.2013.**
255 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
256 conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu
257 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial
258 do Recurso, com a reforma do Acórdão de nº 16.695, desta feita pela aprovação, com ressalva, da prestação de contas do
259 Fundo Municipal de Assistência Social de Tucumã, exercício 2003, de responsabilidade da Sra. Livia Lira Araújo, com a
260 expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas, no valor de R\$ 647.796,43 (seiscentos e quarenta e sete mil,
261 setecentos e noventa e seis reais e quarenta e três centavos), após a comprovação do recolhimento da multa cominada na
262 decisão recorrida. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 16. **Processo nº**
263 **200906994-00; Associação de E. para Cegos do Pará – ASCEPA; Prestação de Contas do Convênio nº 017 entre**
264 **ACESPA e SEMEC - 2009; Interessado Lourival Ferreira do Nascimento; 1ª Controladoria; Procuradora Elisabeth Salame da**
265 **Silva; Relatora – Conselheira Rosa Hage; Publicado no DOE nº 32.413, de 10.06.2013.** Cumprindo dispositivo
266 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A
267 matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
268 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas com expedição do competente Alvará de Quitação, no valor
269 de R\$-5.171,20 (cinco mil, cento e setenta e um reais e vinte centavos), ao Sr. Lourival Ferreira do Nascimento, pelas
270 despesas ordenadas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida, houve a inversão da
271 pauta com o julgamento do processo de nº 15. **Processo nº 201218074-00; Fundo Municipal de Assistência Social**
272 **de Santa Maria do Pará; Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão nº 22.735, de 18.09.2012 - 2006;**
273 **Interessado Maria Pinheiro Alves; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no**
274 **DOE nº 32.413, de 10.06.2013 .** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
275 dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O
276 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
277 conhecimento e provimento total do Recurso, com a reforma da decisão anterior para aprovar as contas do Fundo
278 Municipal de Assistência Social de Tucumã, exercício financeiro de 2006. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro
279 Cezar Colares. **Processo nº 201203188; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria –**
280 **Portaria nº 07/2012, de 20.01.2012; Interessado Benedita dos Santos Pereira; Procuradora Elisabeth Salame da Silva;**
281 **Relatora – Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos
282 autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu
283 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 07/2012, de
284 20.01.2012, que tratou da aposentadoria voluntária da Sra. Benedita dos Santos Pereira, no cargo de Auxiliar
285 Administrativo, fundamentada no art. 40, §1º, III, alínea 'b' da Constituição Federal (EC n. 41/03), com proventos mensais
286 proporcionais de R\$-622,00 (seiscentos e vinte e dois reais), sofrendo este valor atualização automática, face o salário
287 mínimo vigente. **Processo nº 201210748-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba;**
288 **Aposentadoria – Portaria nº 044/2012, de 15.06.2012; Interessada Kátia Regina Dias Negrão; Procuradora Maria Inez**
289 **Gueiros; Relatora – Conselheira Rosa Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
290 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira
291 Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da
292 Portaria nº 044/2012, de 15.06.2012, que tratou da aposentadoria por invalidez da Sra. Kátia Regina Dias Negrão,
293 fundamentada no art. 40, § 1º, inciso I da CF/88, com proventos integrais de R\$-859,46 (oitocentos e cinquenta e nove
294 reais e quarenta e seis centavos). Às dez horas, o Conselheiro Cezar Colares assumiu a Presidência da Sessão. **Processo**
295 **nº 201212882-00; Instituto de Previdência do Município de Abaetetuba; Aposentadoria – Portaria nº 062/2012,**
296 **de 17.07.2012; Interessado José Maria Pereira da Costa; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa**
297 **Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
298 registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência



299 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu o registro da Portaria nº 062/2012, de 17.07.2012, que tratou
300 da aposentadoria voluntária do Sr. José Maria Pereira Costa, no cargo de Professor Nível Especial – Magistério, com
301 proventos mensais integrais de R\$-1.335,72 (hum mil, trezentos e trinta e cinco reais e setenta e dois centavos), com
302 amparo legal no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José
303 Carlos Araújo. **Processo nº 201111074-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município**
304 **de Ananindeua**; Aposentadoria – Portaria nº 062/2011, de 29.06.2011; Interessado Sandra Lúcia Negrão Nepumuceno;
305 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora – Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
306 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A
307 Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
308 registro da Portaria n. 062/2011, de 29 de junho de 2011, que tratou da aposentadoria voluntária por tempo de
309 contribuição de Sandra Lúcia Negrão Nepumuceno, fundamentada no art. art. 6º da EC nº 41/2003, com proventos
310 mensais integrais de R\$1.475,45 (hum mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos). Ausência,
311 por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201200458-00; Instituto de Previdência e**
312 **Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua**; Aposentadoria – Portaria nº 061/2012, de 27.04.2012;
313 Interessado Luiza de Fátima Falcão Moraes Barata; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora – Conselheira Rosa Hage.
314 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro
315 do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
316 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 061/2012, de 27 de abril de 2012, que tratou
317 da aposentadoria compulsória da Sra. Luiza Fátima Falcão Moraes Barata, fundamentada no art. art. 6º da EC nº 41/2003,
318 com proventos mensais integrais de R\$-1.239,38 (hum mil, duzentos e trinta e nove reais e trinta e oito centavos).
319 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201212128-00; Instituto de**
320 **Previdência e Assistência dos Servidores Municipais de Marabá**; Aposentadoria – Portaria nº 049/2012, de
321 12.06.2012; Interessado Antônio Ferreira da Silva; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Rosa Hage.
322 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro
323 do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
324 **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 049/2012, de 12.06.2012, que tratou da
325 aposentadoria por invalidez da Sra. Antônio Ferreira da Silva, fundamentada no art. 40, § 1º, inciso I da CF/88 (redação
326 dada pela EC nº 70/2012), com proventos proporcionais de R\$-622,00 (seiscentos e vinte e dois reais), valor atualizado
327 face o novo salário mínimo vigente. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
328 **201113980; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Ananindeua**; Pensão – Portaria nº
329 105/2011, de 30.08.2011; Interessado Luiz Carlos de Brito Falcão, Viúvo da ex-Segurada Dulcirene Damasceno Falcão;
330 Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora – Conselheira Rosa Hage. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
331 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A
332 Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo
333 registro da Portaria nº 105/2011, de 30.08.2011, que concedeu pensão em favor de Luiz Carlos de Brito Falcão, com
334 fundamento no artigo 40, § 7º, I, da Constituição Federal de 1988, no valor de R\$-2.042,93 (dois mil, quarenta e dois reais
335 e noventa e três centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a
336 inversão da pauta, com o julgamento do processo de nº 25. **Processo nº 201102193-00; Secretaria Municipal de**
337 **Saúde de Belém Sesma**; Contrato – Pedido de Vista na Sessão Plenária do dia 28.08.2012; Interessado Sérgio de Souza
338 Pimentel; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator – Auditor Sérgio Dantas com pedido de VISTA à Conselheira Mara
339 Lúcia, na Sessão do dia 28.08.2012. Cumprindo dispositivo regimental a Conselheira Mara Lúcia proferiu seu **VOTO**: "Por
340 ocasião do julgamento deste processo, na sessão ordinária de nº. 2.427, realizada em 28 de agosto de 2012, solicitei vista para melhor
341 fundamentar meu voto quanto às falhas que motivaram o Relator a votar pelo não cadastramento do contrato sob análise, quais sejam: a)
342 ausência de comprovação do ato de designação da comissão de licitação, descumprindo os arts. 38, III, e 51, caput, da Lei nº.
343 8.666/1993; b) ausência da comprovação da publicidade do aviso do edital resumido no DOE, violando o art. 21 da citada Lei de
344 Licitações e Contratos. Determinei que os autos baixassem em diligência, instando o responsável para que sanasse as irregularidades
345 acima descritas (fls. 152-156). Porém, não houve manifestação (fl. 157). Desse modo, as falhas permanecem, razão pela qual acompanho
346 a proposição de voto exarada nos autos, no sentido de negar cadastramento ao Contrato nº. 1725/2010-SESMA/PMB, firmado pela
347 Secretaria Municipal de Saúde de Belém e a empresa VHP dos Santos e Cia Ltda, assim como para determinar a juntada dos autos à



348 prestação de contas do referido órgão municipal, do respectivo exercício de 2010, haja vista que expirado o prazo de vigência do contrato
349 (Resolução nº. 5.717/1998/TCM)". **Em votação:** o Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro Antônio José acompanharam o
350 voto do Relator. O Conselheiro Daniel Lavareda não votou porque o Auditor Sérgio Dantas o estava substituindo na Sessão
351 Plenária do dia 03.07.2012. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, acompanhando o voto do
352 Relator, decidiu pela negativa de cadastramento do Contrato nº 1725/2010-SESMA/PMB, firmado pela Secretaria Municipal
353 de Saúde de Belém e a empresa VHP dos Santos e Cia Ltda, assim como a juntada dos autos à prestação de contas do
354 referido Órgão Municipal, do respectivo exercício de 2010, face ao prazo de vigência do Contrato encontrar-se expirado.
355 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta, com o
356 julgamento do processo de nº 24. **Processo nº 201104497-00; Instituto de Previdência do Município de Portel;**
357 **Pensão – Portaria de nº 012 de 09.02.2011; Interessado Gerson Amorim de Brito; Procuradora Maria Regina da Cunha;**
358 **Relator – Auditor Sérgio Dantas com pedido de VISTA a Conselheira Mara Lúcia na Sessão Plenária do dia 30.04.2013.**
359 Cumprindo dispositivo regimental a Conselheira Mara Lúcia proferiu seu **VOTO VISTA:** "contrariamente ao registro da Portaria
360 nº. 012, de 09 de fevereiro de 2011, concessiva de pensão por morte a Gerson Amorim de Brito, e muito embora já operada a extinção do
361 direito à pensão, recomendo ao Instituto de Previdência de Portel que apure administrativamente o direito do ex-pensionista aos valores
362 retroativos da pensão a partir de 10 de janeiro de 2011, bem como aos valores da parcela adicional por Tempo de Serviço, que foi
363 excluída indevidamente da base de cálculo." **Em votação:** o Auditor Sérgio Dantas modificou sua proposição de voto
364 apresentada na Sessão do dia 30.04.2013 e aderiu ao voto da Conselheira Mara Lúcia. O Conselheiro Daniel Lavareda, o
365 Cezar Colares e o Conselheiro Antônio José acompanharam o Relator. A Conselheira Rosa Hage encontrava-se ausente na
366 Sessão do dia 30.04.2013. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, acompanhando o Relator da
367 proposição de voto, decidiu pela negativa de registro da Portaria nº. 012, de 09 de fevereiro de 2011, concessiva de
368 pensão por morte a Gerson Amorim de Brito, e operada a extinção do direito à pensão, recomendou-se ao Instituto de
369 Previdência de Portel que apure administrativamente o direito do ex-pensionista aos valores retroativos da pensão a partir
370 de 10 de janeiro de 2011, bem como aos valores da parcela adicional por Tempo de Serviço, excluída indevidamente da
371 base de cálculo. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201102194-00;**
372 **Secretaria Municipal de Saúde de Belém – SESMA; Contrato – Pedido de Vista Sessão Plenária do dia 03.07.2012;**
373 **Interessado Sérgio de Souza Pimentel; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator – Auditor Sérgio Dantas com pedido**
374 **de VISTA a Conselheira Mara Lúcia na Sessão Plenária do dia 03.07.2012.** Cumprindo dispositivo regimental a Conselheira
375 Mara Lúcia proferiu seu **VOTO VISTA:** "manifesto-me pela cadastramento do contrato em análise, e dada a vigência expirada, desde
376 17.12.2012, encaminho os autos, para juntada à respectiva prestação de contas". **Em votação:** o Auditor Sérgio Dantas manteve
377 seu voto proferido na Sessão do dia 03.07.2012, "pelo não cadastramento do Contrato, com a sustação do Ato, bem como juntada à
378 prestação de contas respectiva para análise conjunta". O Conselheiro Cezar Colares acompanhou o voto do Auditor Sérgio
379 Dantas, na íntegra. O Conselheiro Antônio José acompanhou o Voto VISTA proferido pela Conselheira Mara Lúcia. Ausência
380 da Conselheira Rosa Hage na Sessão Plenária do dia 03.07.2012. O Conselheiro Daniel Lavareda não votou porque o
381 Auditor Sérgio Dantas o estava substituindo na Sessão Plenária do dia 03.07.2012. Com o voto de desempate do
382 Conselheiro Cezar Colares. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **por maioria**, acompanhando o voto do
383 Auditor Sérgio Dantas, decidiu negativa de cadastramento do Contrato, com a sustação do Ato e, **à unanimidade**, a
384 juntada dos autos à prestação de contas respectiva para análise conjunta. Vencida a Conselheira Mara Lúcia e o
385 Conselheiro Antônio José. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
386 **201020897-00; IPAMB/PMB; Contrato nº 032/10 de 18.11.10, firmado com empresa DIAGNOGEL comércio e**
387 **Representações Ltda.; Interessado Oséas Batista da Silva Junior; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator –**
388 **Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
389 dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator
390 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do
391 Contrato nº 032/2010, firmado entre o Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB e a empresa
392 DIAGNOCEL Comércio e Representações LTDA, determinando a juntada ao processo de prestação de contas respectivo.
393 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, Conselheira Mara Lúcia assumiu a
394 Presidência da Sessão. **Processo nº 201109665-00; IPAMB/PMB; Contrato nº 011/11, de 26.05.11, firmado com**
395 **White Martins Gases Industriais do Norte S/A; Oséas Batista da Silva Junior; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator –**
396 **Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento




397 dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
398 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do
399 Contrato nº011/2011, firmado entre o Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB e a empresa
400 White Martins Gases Industriais do Norte S/A, determinando a juntada ao processo de prestação de contas respectiva.
401 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201104284-00; IPAMB/PMB;**
402 **Contrato nº 001/11, de 17.02.11, com a empresa M. dos Santos Brito Comércio; Interessado Oséas Batista da Silva Junior;**
403 **Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o
404 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi
405 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
406 **unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Contrato nº001/2011, firmado entre o Instituto de Previdência e Assistência do
407 Município De Belém – IPAMB e a empresa M. dos Santos Brito Comércio, determinando a juntada ao processo de prestação
408 de contas respectiva. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201214700;**
409 **IPAMB/PMB; Contratos nº's 116 e 117/12 de 31.07.2012, firmado com Empresa J.F com e Serv. de Informática Ltda e**
410 **Empresa Avelar com. e Serv – Mei.; Interessado Oséas Batista da Silva Junior; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator**
411 **– Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
412 dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
413 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento dos
414 Contratos nº's 116 e 117/12, firmados entre o Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB e as
415 empresas J. F. Comércio e Serviço de Informática Ltda e Avelar Comércio & Serviços - Mei, respectivamente, determinando
416 a juntada ao processo de prestação de contas respectiva. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos
417 Araújo. **Processo nº 201012869-00; IPAMB/PMB; outros – Aquisição via Notas de Empenho, Provenientes do Pregão**
418 **Presencial nº 38/10 – CPL/PMB; Responsável Oséas Silva Junior; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Conselheiro**
419 **Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
420 manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
421 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento, face ao
422 atendimento do previsto na legislação que rege a matéria, concomitantemente a juntada dos autos do Processo à
423 respectiva Prestação de Contas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº**
424 **201016123-00; IPAM/PMB; Outros – Aquisição Via Notas de Empenho, Provenientes do Pregão Presencial nº 088/10 –**
425 **CPLPMB; Responsável Oséas Silva Junior; Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José**
426 **Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
427 pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
428 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento, face ao atendimento do
429 previsto na legislação que rege a matéria, concomitantemente a juntada dos autos do Processo à respectiva Prestação de
430 Contas. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201013480-00;**
431 **IPAMB/PMB; Outros – Aquisição via Notas de Empenho, Provenientes do Pregão Presencial nº 041/10 – CPL/PMB;**
432 **Responsável Osiris Barros da Silva; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.**
433 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
434 cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
435 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento, face ao atendimento do previsto na
436 legislação que rege a matéria, concomitantemente a juntada dos autos do Processo à respectiva Prestação de Contas.
437 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201301755-00; Prefeitura**
438 **Municipal de Salvaterra; Subsídio – Lei nº 1161/2013, que fixa o Subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários**
439 **Municipais; Interessado José Maria Gomes de Araújo; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora – Conselheira Rosa**
440 **Hage.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo
441 cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência
442 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento da Lei nº 1161/2013, que dispõe sobre a
443 fixação dos subsídios do Prefeito, Vice Prefeito e Secretários Municipais de Salvaterra, para o mandato de 2013/2016.
444 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201300802-00; Câmara Municipal**
445 **de Prainha; Resolução nº 004/202, de 13.12.12, que fixa o Subsídio dos Vereadores para a Legislatura de 2013/2016;**



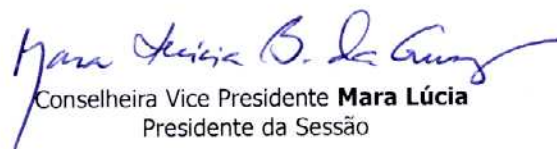
Responsável Iane de Nazaré Barbosa Amorim; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora – Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo arquivamento da Resolução. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela negativa de cadastramento da Resolução nº 04/2012, da Câmara Municipal de Prainha, que fixou o valor do subsídio dos Vereadores para a Legislatura 2013/2016, conforme especificações constantes no Ato em questão, sem prejuízo do arquivamento e ciência imediata à Câmara Municipal de Prainha. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 480012000-00; Prefeitura Municipal de Monte Alegre; Outros - 2000; Responsável Jardel Vasconcelos Carmo; Instrução – Elaine Bastos; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares com pedido de Vista ao Conselheiro Daniel Lavareda na Sessão Plenária do dia 09.04.2013.** Cumprindo dispositivo regimental o Conselheiro Daniel Lavareda proferiu seu **VOTO VISTA**: “*não tendo nenhuma divergência com relação as conclusões do Conselheiro Relator Cezar Colares, acompanho VOTO pela emissão de Parecer Prévio pela aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Monte Alegre, exercício de 2000, sob a responsabilidade do Senhor Jardel Vasconcelos Carmo, inclusive no que pertine as multas imputadas*”. **Em votação**: a Conselheira Rosa Hage e o Conselheiro Antônio José acompanharam o voto do Conselheiro Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o voto do Conselheiro Relator, porém divergiu quanto a aplicação de multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio, recomendando à Câmara Municipal de Monte Alegre a aprovação, com ressalvas, das contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2000, de responsabilidade de Jardel Vasconcelos Carmo, **por maioria**, com recolhimento ao FUMREAP dos seguintes valores: - R\$-2.000,00 (dois mil reais), multa pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º, 2º, 3º e 4º trimestres e Balanço Geral, nos termos do art.120-B, I, II e IV, do RI/TCM/PA; - R\$-1.000,00 (hum mil reais), multa pelas divergências na receita orçamentária e balanço financeiro, nos termos do art.120-A, II, do RI/TCM/PA. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a aplicação de multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**. O Auditor Sérgio Dantas solicitou a reabertura do **Processo nº 80012001, da Prefeitura Municipal de Ananindeua, exercício de 2001**. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela reabertura da instrução do processo, nos termos do voto do Relator. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS E MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**. O Conselheiro Antônio José solicitou que fosse transferida a Reunião Administrativa marcada para hoje para a próxima segunda-feira, às 10 horas da manhã, o que foi acatado por todos os Conselheiros presentes. Após, a Presidência declarou **ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e quarenta e três minutos da qual foi lavrada a presente Ata. Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em treze de junho de dois mil e treze.

Visto:


Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral


Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão


Conselheiro-Corregedor **Cezar Colares**
Presidente da Sessão


Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão